

1 No dia 26 de julho de 2013, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie  
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 52ª  
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam  
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti**  
5 (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,  
6 o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Titular), o Sr. **Lídio Coradin** (suplente)  
7 e a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (suplente), representantes do Ministério  
8 do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Larissa Maria Lima Costa** (suplente) representante  
9 do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzaro**  
10 (suplente) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -  
11 MAPA; Sr. **David Conway Oren** (suplente), representante do Ministério de Ciência,  
12 Tecnologia e Inovação - MCTI; Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** (suplente),  
13 representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sra. **Elisa**  
14 **Romano Dezolt** (suplente) e Sr. **Marco Antônio Ramos Caminha** (suplente),  
15 representantes da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Marco Antônio**  
16 **Pereira de Oliveira Silva** (Titular), Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) e Sra.  
17 **Elisa Monteiro Malafaia** (suplente) representantes do Ministério do Planejamento,  
18 Orçamento e Gestão; Sra. **Marcella Mostaert** (Titular) representante do Fórum  
19 Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente - FBOMS  
20 ambientalista; Sr. **Francisco Iglesias** (Titular) representante do Fórum Brasileiro de  
21 ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento - FBOMS movimentos sociais,  
22 Sr. **Alberto Marques Santos** representante da Confederação Nacional dos  
23 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro**  
24 representante do Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE; Sr. **Marco**  
25 **Pavarino** (Titular) representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;  
26 Sra. **Marcia Chame** representante do Ministério da Saúde - MS; Sr. **Carlos Eduardo**  
27 **Martins de Proença** representante do Ministério da Pesca – MPA. Também estiveram  
28 presentes nesta reunião o Sr. **Antônio Edson** do Ministério de Minas e Energia, o Sr.  
29 **Bruno Alves** da empresa Patri Políticas Públicas, Sra. **Andreina Valva** consultora da  
30 WWF Brasil, Sr. **Saulo Ceolin** do Ministério das Relações Exteriores; Sr. **Roberto**  
31 **Lorena** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Sra. **Juliana**  
32 **Carvalho Frota Mattos** e Sra. **Mayara Pardi** membros da Secretaria Executiva da  
33 CONABIO. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2.  
34 APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO; 3.1. Finalização da  
35 discussão para definição das Metas Nacionais de Aichi; 4. ENCERRAMENTO. O Sr.  
36 **Roberto Cavalcanti** iniciou a reunião às 10h30, saudou os membros presentes e pediu  
37 que os novos membros se apresentassem. Explicou que o Ministério do Planejamento  
38 está apoiando o Ministério do Meio Ambiente no processo de internalização das Metas  
39 de Aichi, particularmente por meio do PPA. Informou que ao finalizar o processo  
40 estabelecimento das metas nacionais de biodiversidade para 2020 no âmbito da  
41 CONABIO, o Ministério do Planejamento irá fazer um mapeamento das atividades  
42 desenvolvidas no PPA com interface com as metas. Informou que, em outubro de 2013,  
43 haverá a reunião do SBSTTA em Montreal, reunião que antecede a COP da CDB, e que  
44 gostaria de levar uma proposta consistente da internalização das metas de Aichi. O

45 Brasil está fazendo um esforço para inserir o TIRFAA, que trata de repartição de  
46 benefícios associados às plantas de interesse agrícola e alimentar, dentro da estratégia  
47 nacional. Prosseguiu passando para a análise da pauta da reunião que trata da avaliação  
48 da redação das cinco metas que faltam ser aprovadas e sugeriu a aprovação da pauta. O  
49 Sr. **Francisco Iglesias** sugeriu a inclusão na pauta da apreciação de duas moções a  
50 serem aprovadas no âmbito da CONABIO vinculadas a questão de biodiversidade: a  
51 primeira trata da criação de uma unidade de conservação do monumento natural do  
52 Morro do Careca em Natal/RN; a segunda trata da invasão do Parque das Dunas,  
53 unidade de conservação ambiental estadual em Natal/RN. Devido a uma divergência da  
54 forma como deve ser o procedimento de inclusão de novos assuntos na pauta, o Sr.  
55 **Márcio Mazzaro** afirmou que não há uma previsão no regimento interno da CONABIO  
56 para inclusão de temas na pauta e, por isso, invoca-se o art. 24 do regimento que afirma  
57 que “os casos omissos na aplicação deste Regimento Interno serão decididos pelo  
58 Plenário”. Adicionalmente, recomendou que fosse feita uma revisão do Regimento  
59 Interno. A discussão sobre o tema das moções foi deixado o final da reunião, na parte de  
60 assuntos gerais. O Sr. **Marco Antônio Pereira** solicitou a palavra para esclarecer os  
61 tópicos que o Ministério do Planejamento considera fundamentais para a discussão das  
62 Metas Nacionais de Biodiversidade de 2020. Considera que o conceito de  
63 desenvolvimento sustentável é fundamental para essa discussão e possui quatro  
64 dimensões: ambiental, social, econômica e política. Também considera importante  
65 como essas metas possam ser monitoradas e quais instrumentos poderão ser utilizados  
66 para saber como essas metas serão implementadas. Explicou que o Plano Plurianual  
67 (PPA), que retrata as políticas do governo por um período de quatro anos, é um subsídio  
68 para o próprio planejamento das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Colocou  
69 que, também conforme consta no art. 1 do Regimento Interno, que uma das missões da  
70 CONABIO é “o apoio e a execução para a implementação dos princípios e diretrizes da  
71 Política Nacional de Biodiversidade, identificar demandas e fonte de recursos  
72 financeiros”, e no art. 9 “estimular a cooperação interinstitucional e internacional pela  
73 implementação dessa política. Questionou qual é o custo para o Brasil de  
74 implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020? O Sr. **Marco**  
75 **Antônio Caminha** questionou se seria possível incluir como item de pauta a  
76 rediscussão das metas 3 e 4, principalmente a meta 3 devido ao conceito de “incentivos  
77 lesivos” e “subsídios perversos”. Explicou que deveria haver um esclarecimento desses  
78 conceitos, ou de que forma isso será internalizado e aplicado. O Sra. **Elisa Malafaia**  
79 sugeriu que fosse trabalhada uma nota explicativa sobre os conceitos e definições  
80 inseridas nas metas. O Sr. **Marco Pavarino** apresentou como questão de ordem que se  
81 seguisse para a discussão das cinco metas previstas na pauta. O Sr. **Márcio Mazzaro**  
82 concordou com o apontamento da CNI e expressou sua preocupação com relação aos  
83 conceitos de incentivos lesivos” e “subsídios perversos” e sugeriu inserir na pauta uma  
84 revisão da meta 3 no final da discussão. O Sr. **David Oren** colocou que o Ministério de  
85 Ciência, Tecnologia e Inovação também se preocupa com o texto sugerido da meta 19,  
86 pois o MCTI gostaria de inserir considerações sobre as coleções biológicas nacionais e  
87 que o texto não saiu da maneira ideal porém que o consenso foi bom o suficiente para se  
88 chegar ao texto aceitável. Sugeriu que a Comissão se concentre somente nas cinco

89 metas em pauta. O Sr. **Carlos Scaramuzza** afirmou que a análise das metas deve ter  
90 um viés aspiracional e, dessa forma, a princípio, não haveria necessidade de definir  
91 quais são esses incentivos. No entanto, após o debate, propôs como inclusão de pauta  
92 um processo de elaboração de uma nota explicativa que acompanharia os  
93 encaminhamentos das metas. O Sr. **Márcio Mazzaro** citou que no art. 23 do  
94 Regimento Interno estabelece que os membros podem apresentar relatórios e pareceres,  
95 portanto gostaria de apresentar um parecer solicitando esclarecimento do que é  
96 efetivamente uma situação perversa para o país. O Sr. **Francisco Iglesias** e a Sra.  
97 **Larissa Costa** também propõem inserir como item de discussão de pauta a necessidade  
98 de uma nota de esclarecimento das metas. O Sr. **Roberto Cavalcanti** aprovou a  
99 inclusão das moções e a discussão da nota de esclarecimento como novos itens de pauta.  
100 Em relação ao processo de construção das metas, informou que as metas nacionais não  
101 precisam ser ratificadas pelo Congresso Nacional, pois não se trata de um acordo novo,  
102 apenas de atualização de um compromisso anterior. Informou que as metas nacionais  
103 definidas na Conabio serão encaminhadas para a Consultoria Jurídica do MMA para  
104 definição da natureza jurídica do documento que divulgará as metas. O Sr. **Carlos**  
105 **Scaramuzza** seguiu para a aprovação da ata que, após a incorporação das alterações  
106 propostas pelos membros, foi aprovada. O Sr. **Carlos Scaramuzza** prosseguiu para a  
107 discussão da Meta 10. A Sra. **Larissa Costa** esclareceu que a posição do MRE é a de  
108 que, na medida em que não houver consenso, sugere-se a adoção da Meta Global. O Sr.  
109 **João Carlos de Carli** afirmou que a redação proposta pelos Diálogos e pelo MRE  
110 detalham o escopo da meta global, abordando “várzeas, florestas costeiras,  
111 manguezais”. Por isso, sugeriu a retirada desses termos já que é necessária uma  
112 definição clara do significado dessas palavras. A Sra. **Marcia Chame** apoiou a redação  
113 proposta pelo MRE, pois engloba os manguezais, que foi exaustivamente discutido nos  
114 Diálogos sobre a Biodiversidade. O Sr. **David Oren** também apoiou a proposta do  
115 MRE, assim como o Sr. **Francisco Iglesias**. O Sr. **Marcos Pavarino** e o Sr. **João**  
116 **Carlos de Carli** afirmaram que não há a necessidade de detalhar o escopo da meta, e  
117 que o termo “demais ecossistemas costeiros e marinhos” é mais amplo que as demais  
118 especificidades e, dessa forma, contemplava o detalhamento feito pelos Diálogos sobre  
119 a Biodiversidade. O Sr. **Marcos Silva** esclareceu que a especificidade leva a  
120 necessidade de explicar todos os termos e, por isso, sugeriu manter o texto mais  
121 abrangente. O Sr. **David Oren** afirmou que essa é a única meta que apresenta o termo  
122 “mudanças climáticas” e que o termo “demais ecossistemas”, na meta global, abrange  
123 também ecossistemas terrestres. O Sr. **Marcos Silva** esclareceu que não há necessidade  
124 de manter a redação por causa do termo “mudanças climáticas”, pois há uma política  
125 nacional para essa temática. Após discussão dos membros, foram sugeridas duas  
126 propostas de redação. A primeira “Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre  
127 recifes de coral, manguezais, praias arenosas, banhados, várzeas, florestas costeiras e  
128 demais ecossistemas impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão  
129 sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.” A  
130 segunda proposta de redação foi “Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre  
131 recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças  
132 de clima ou acidificação oceânicas terão sido minimizadas para que sua integridade e

133 funcionamento sejam mantidos.” A redação aprovada com 11 votos a favor dos  
134 seguintes membros, Marcia Chame (MS), Larissa Costa (MRE), José Alberto Ribeiro  
135 (MONAPE), Marcela Mostaert (FBOMS ambientalistas), Alberto Santos (CONTAG),  
136 Francisco Iglesias (FBOMS movimentos sociais), Roberto Cavalcanti (MMA), João de  
137 Carli (CNA), Marco Pavarino (MDA), Marcos Caminha (CNI), Marcos Silva (MP) e 2  
138 votos contra de David Oren (MCTI) e Márcio Mazzaro (MAPA) foi a seguinte: **Meta**  
139 **Nacional 10: Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral**  
140 **e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou**  
141 **acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e**  
142 **funcionamento sejam mantidos.**

143 O Sr. **Carlos Scaramuzza** prosseguiu para discussão da meta 20. O Sr. **Marcos Silva**  
144 esclareceu que não há possibilidade do governo garantir recursos financeiros de forma  
145 progressiva para a implementação do Plano, devido à situação interna que o país está  
146 vivendo e também, devido ao contexto de crise internacional. O Sr. **Francisco Iglesias**  
147 afirmou que o governo deveria ser mais audacioso, e que o aumento dos recursos para a  
148 implementação do Plano deve ser substancial, pois a temática de meio ambiente sempre  
149 ficou a “mercê” de outras agendas. Adicionalmente, propôs a retirada da palavra “após”  
150 e a inclusão da palavra “imediatamente” antes do termo “aprovação das metas”, pois  
151 “após” pode ser um período bem posterior à aprovação, e a palavra “imediatamente”  
152 garante tempestividade. O Sr. **Marcos Pavarino** apoiou a redação proposta pelo  
153 Ministério das Relações Exteriores e propôs incluir “imediatamente” e retirar as  
154 palavras “de forma progressiva”, “substancial”, “necessários” e “efetiva”. O Sr. **Marcos**  
155 **Silva** manifestou concordância com as explicações do Ministério do Desenvolvimento  
156 Agrário e propôs que, na proposta de redação do Ministério das Relações Exteriores,  
157 fosse retirada as seguintes palavras: “alocação”, “de todas as fontes nacionais e  
158 internacionais” e “de forma progressiva”. Dessa forma, sugeriu a seguinte redação para  
159 a meta: “Após a aprovação das metas brasileiras serão realizadas avaliações sobre os  
160 recursos necessários para a sua efetiva implementação, seguidas de mobilização, de  
161 recursos financeiros para viabilizar a partir de 2015 a implementação, monitoramento  
162 do Plano Estratégico de Biodiversidade, bem como para o cumprimento de suas metas.”.  
163 A Sra. **Larissa Costa** concordou com a redação proposta. A reunião foi encerrada às 14  
164 hs, e retomada no outro dia, por ser ponto facultativo no serviço público federal. A Sra.  
165 **Marcia Chame** e o Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** e manifestaram-se  
166 contra a interrupção dos trabalhos, pois não concordavam com o recesso da reunião.

167 No dia 27 de julho de 2013, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie  
168 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi dada continuidade à  
169 52ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam  
170 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti**  
171 (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,  
172 o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Titular), o Sr. **Lídio Coradin** (suplente)  
173 e a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (suplente), representantes do Ministério  
174 do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Larissa Maria Lima Costa** (suplente) representante

175 do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzaro**  
176 (suplente) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -  
177 MAPA; Sr. **David Conway Oren** (suplente), representante do Ministério de Ciência,  
178 Tecnologia e Inovação - MCTI; Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** (suplente),  
179 representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Sra. **Elisa**  
180 **Romano Dezolt** (suplente) e Sr. **Marco Antônio Ramos Caminha** (suplente),  
181 representantes da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Marco Antônio**  
182 **Pereira de Oliveira Silva** (Titular), Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) e Sra.  
183 **Elisa Monteiro Malafaia** (suplente) representantes do Ministério do Planejamento,  
184 Orçamento e Gestão; Sra. **Marcella Mostaert** (Titular) representante da FBOMS  
185 ambientalista; Sr. **Francisco Iglesias** (Titular) representante da FBOMS movimentos  
186 sociais, Sr. **Alberto Marques Santos** representante da CONTAG; Sr. **José Alberto de**  
187 **Lima Ribeiro** representante da MONAPE; Sr. **Marco Pavarino** (Titular) representante  
188 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Sra. **Marcia Chame** representante  
189 do Ministério da Saúde - MS; Sr. Carlos Eduardo Martins de Proença representante do  
190 Ministério da Pesca – MPA. Também estiveram presentes nesta reunião o Sr. **Antônio**  
191 **Edson** do Ministério de Minas e Energia, o Sr. **Bruno Alves** da empresa Patri Políticas  
192 Públicas, Sra. **Andreína Valva** consultora da WWF Brasil, Sr. **Saulo Ceolin** do  
193 Ministério das Relações Exteriores; Sr. **Roberto Lorena** do Ministério da Agricultura,  
194 Pecuária e Abastecimento; a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** e Sra. **Mayara**  
195 **Pardi** membros da Secretaria Executiva da CONABIO. O Sr. **Carlos Scaramuzza**  
196 iniciou a reunião às 10:00h, saudou os membros e deu prosseguimento à discussão da  
197 meta 20. O Sr. **Francisco Iglesias** sugeriu inserir as palavras “imediatamente” e  
198 “significativamente” no texto que foi sugerido pelo MRE, alterando o texto para:  
199 “Imediatamente após a aprovação das metas brasileiras serão realizadas avaliações  
200 sobre os recursos necessários para a sua efetiva implementação, seguidas de  
201 mobilização e alocação de recursos financeiros de todas as fontes, nacionais e  
202 internacionais, de forma progressiva e significativa, para viabilizar a partir de 2015, a  
203 implementação, monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020,  
204 bem como para o cumprimento de suas metas”. O Sr. **Marco Pavarino** sugeriu uma  
205 redação alternativa: “Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas  
206 avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização  
207 e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o  
208 monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o  
209 cumprimento de suas metas.” A redação aprovada com 13 votos favoráveis, dos  
210 seguintes membros: Marcia Chame (MS), Larissa Costa (MRE), José Alberto Ribeiro  
211 (MONAPE), Marcela Mostaert (FBOMS ambientalistas), Alberto Santos (CONTAG),  
212 Francisco Iglesias (FBOMS movimentos sociais), Carlos Scaramuzza (MMA), João de  
213 Carli (CNA), Marco Pavarino (MDA), Marcos Caminha (CNI), Marcos Silva (MP),  
214 David Oren (MCTI) e Márcio Mazzaro (MAPA), foi a seguinte: **Meta Nacional 20:**  
215 **Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da**  
216 **necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e**  
217 **alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a**

218 **implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-**  
219 **2020, bem como o cumprimento de suas metas.**

220 O Sr. **Carlos Scaramuzza** prosseguiu para a discussão da meta 17. O Sr. **David Oren**  
221 sugeriu alterar a data para 2014 que seria uma data mais apropriada considerando o  
222 ciclo de planejamento do governo. A Sra. **Elisa Malafaia** esclareceu que o prazo ideal  
223 para o estabelecimento do monitoramento e avaliações periódicas do Plano seria até  
224 2015, e não até 2013, como proposto pelos Diálogos, pois ainda não há uma  
225 metodologia definida para o monitoramento/avaliação do Plano. Argumentou que a  
226 temática de Biodiversidade é transversal e que é necessário definir uma forma efetiva de  
227 monitorar o plano, com a participação de diversos atores. Esclareceu também que o  
228 plano foi elaborado a partir da metodologia do modelo lógico adaptado para plano, a  
229 partir da definição de um problema, levantamento das causas do problema e das ações  
230 que combatem essas causas. Informou que os Ministérios e instituições vinculadas  
231 finalizaram o levantamento das respectivas ações que combatem as causas da perda da  
232 biodiversidade. O Sr. **João Carlos de Carli** perguntou se no próximo PPA haverá uma  
233 ação específica para o Plano de Ação. A Sra. **Elisa Malafaia** esclareceu que não, pois as  
234 ações do PPA são amplas e a maioria das ações de combate à perda da biodiversidade já  
235 está contemplada em um conjunto de ações do PPA. A Sra. **Marcia Chame** afirmou  
236 que já existe um Plano para Biodiversidade é que é necessário fazer uma avaliação das  
237 fragilidades do Plano anterior para aprimorar esse processo. Enfatizou que é de interesse  
238 da CONABIO acompanhar a construção do Plano de Ação para Conservação e Uso da  
239 Biodiversidade. O Sr. **Marcos Pavarino** sugeriu a inclusão da frase “que deverá prever”  
240 a fim de evitar a ideia de que até 2015 serão estabelecidos monitoramento e avaliações  
241 periódicas. A redação proposta pelos membros da Comissão e que obteve 13 votos  
242 favoráveis dos seguintes membros: Carlos Proença (MPA), Marcia Chame (MS),  
243 Larissa Costa (MRE), José Alberto Ribeiro (MONAPE), Marcela Mostaert (FBOMS  
244 ambientalistas), Francisco Iglesias (FBOMS movimentos sociais), Lídio Coradin  
245 (MMA), João de Carli (CNA), Marco Pavarino (MDA), Eliza Delzot (CNI), Elisa  
246 Malafaia (MP), David Oren (MCTI) e Márcio Mazzaro (MAPA), foi a seguinte, **Meta**  
247 **Nacional 17: Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e**  
248 **adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e**  
249 **atualizados, que deverá prever monitoramento e avaliações periódicas.**

250 O Sr. **Carlos Scaramuzza** colocou em discussão a meta 07. O Sr. Márcio Mazarro  
251 afirmou que endossa a proposta de redação dos Ministérios pois considera impossível  
252 garantir que todas as áreas sob agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura sejam  
253 utilizadas de forma sustentável e por isso, defende a ideia de que sejam disseminadas  
254 práticas sustentáveis. A Sra. **Elisa Romano** e o Sr. **João Carlos de Carli** também  
255 apoiaram a proposta. O Sr. **Francisco Iglesias** defendeu a ideia de que o Brasil precisa  
256 ser mais audacioso nas suas propostas, e que essas áreas devem ser utilizadas de forma  
257 sustentável, pois somente dessa forma poderemos evitar a perda da biodiversidade, que  
258 é o principal papel da CONABIO.

259 O Sr. **Carlos Scaramuzza** afirmou que deve-se valorizar as iniciativas existentes no país  
260 de uso sustentável da terra, como por exemplo o plantio direto da soja. Afirmou também  
261 que a redação original da meta não apresenta a ideia de que todas as áreas serão  
262 manejadas de forma sustentável, mas sim algumas áreas. O Sr. **Márcio Mazarro**  
263 afirmou que o entendimento é de que todas áreas deverão ser utilizadas de forma  
264 sustentável e que essa é uma meta impossível de ser atingida. O Sr. **Marcos Pavarino**  
265 discordou das explicações do Sr. **Carlos Scaramuzza** e afirmou que o país não adota  
266 ações sustentáveis de uso da terra, pois é o país que mais utiliza agrotóxicos por  
267 habitante. Afirmou que temos um modelo de uso da terra insustentável que não vai ser  
268 mudado nos próximos anos e que, por isso, a meta deve ser mais realista. Por isso  
269 sugeriu uma redação alternativa. O Sr. **Márcio Mazarro** concordou com Pavarino e  
270 afirmou que muitas ações ditas “sustentáveis” não evitam perda da biodiversidade,  
271 como por exemplo o plantio orgânico, pois há o uso de transgênicos. Afirmou que o  
272 governo deve ser realista ao definir as Metas Brasileiras. A Sra. **Larissa Costa** sugeriu  
273 que as três propostas em discussão fossem votadas (proposta do IBAMA, proposta  
274 MDA, proposta do governo). O Sr. **Márcio Mazarro** propôs que, após a votação o  
275 texto escolhido, este seria o texto base para ser alterado pela Comissão, mas não houve  
276 encaminhamento da proposta. Foram colocadas três propostas de redação para votação.  
277 A primeira proposta de texto sugerido “Até 2020, estarão disseminadas e promovidas  
278 práticas sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo e  
279 manejo florestal e da fauna, visando assegurar a conservação da biodiversidade.”  
280 Recebeu 05 votos favoráveis dos seguinte membros: Carlos Eduardo (MPA), Marcos  
281 Caminha (CNI), João De Carli Filho (CNA), Márcio Mazzaro (MAPA) e Elisa Malafaia  
282 (MP). A segunda proposta de texto sugerido “Até 2020, áreas utilizadas para  
283 agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna  
284 serão utilizadas e manejadas de forma sustentável, assegurando a conservação da  
285 biodiversidade.” Recebeu 06 votos favoráveis dos seguinte membros: Marcia Chame  
286 (MS), José Alberto (MONAPE), Alberto (CONTAG), Marcella Mostaert (FBOMS  
287 ambientalistas) Francisco Iglesias (FBOMS Movimentos Sociais) e David Oren  
288 (MCTI). A terceira proposta de texto sugerida “Até 2020, estarão disseminadas,  
289 promovidas e incorporadas práticas sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura,  
290 silvicultura, extrativismo e manejo florestal e da fauna, visando assegurar a conservação  
291 da biodiversidade” recebeu 03 votos favoráveis dos seguinte membros: Larissa Costa  
292 (MRE), Marco Pavarino (MDA) e Lídio Coradin (MMA). Após a votação, o Sr.  
293 **Márcio Mazzaro** questionou a legitimidade do processo pois, na votação, não houve  
294 maioria simples, como regido no Art. 10 do Regimento Interno. A Sr. **Francisco**  
295 **Iglesias** discordou e afirmou que o plenário tomou uma decisão legítima e pactuou  
296 anteriormente o processo de votação. O plenário decidiu rediscutir a proposta de  
297 redação devido ao fato de não ter sido atingida a maioria simples como regido no Art.  
298 10 do Regimento Interno. Foi então colocado em votação e aprovado um novo texto:  
299 **“Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de**  
300 **manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura,**  
301 **extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da**  
302 **biodiversidade”**. Essa proposta recebeu 12 votos favoráveis dos seguintes membros:

303 Marcia Chame (MS), Larissa Costa (MRE), Alberto Santos (CONTAG), José Alberto  
304 Ribeiro (MONAPE), Marcela Mostaert (FBOMS ambientalista), Lídio Coradin  
305 (MMA), João de Carli (CNA), Marco Pavarino (MDA), Marco Antônio Caminha  
306 (CNI), Elisa Malafaia (MP), David Oren (MCTI) e Márcio Mazzaro (MAPA), e uma  
307 abstenção de Francisco Iglesias (FBOMS movimentos sociais).

308 O Sr. **Carlos Scaramuzza** colocou em discussão a meta 11. Foram feitas duas  
309 propostas de redação para votação. O primeiro texto: **“Até 2020, serão conservadas,  
310 por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias  
311 de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas  
312 com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais  
313 biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de  
314 especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e  
315 respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando  
316 garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens  
317 terrestres e marinhas mais amplas”**. Essa proposta foi aprovada com 08 votos  
318 favoráveis dos seguintes membros: Larissa Costa (MRE), Lídio Coradin (MMA),  
319 Marco Antônio Caminha (CNI), João de Carli (CNA), Márcio Mazzaro (MAPA), Elisa  
320 Malafaia (MP), David Oren (MCTI) e Marco Pavarino (MDA). A segunda proposta de  
321 texto analisada foi a seguinte: **“Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de  
322 conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente  
323 protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo  
324 menos 40% da Amazônia, 30% de cada um dos demais biomas terrestres e 20% de  
325 áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para  
326 biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação,  
327 regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e  
328 representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas”**. Essa proposta  
329 recebeu 05 votos favoráveis: Marcia Chame (MS), Alberto Santos (CONTAG), José  
330 Alberto (MONAPE), Marcela Mostaert (FBOMS Ambientalistas) e Francisco Iglesias  
331 (FBOMS Movimentos Sociais).

332 Foi estabelecido um prazo de 30 dias, após recebimento da versão final das metas  
333 nacionais para 2020, para que os membros da Comissão encaminhem seus pareceres a  
334 respeito das metas nacionais. Passou-se para análise das moções. O Sr. **Francisco**  
335 **Iglesias** propôs discutir em primeiro lugar a criação de unidade de conservação do  
336 Monumento Nacional do Morro do Careca em Natal/RN. Os membros da Comissão  
337 solicitaram ao Sr. Francisco Iglesias mais subsídios para poderem votar as moções  
338 propostas que ficou de apresentá-las na próxima reunião. O Sr. **Carlos Scaramuzza**  
339 agradeceu a presença dos membros e encerrou a reunião às 18:00hrs. Por solicitação do  
340 Presidente, eu Juliana Carvalho Frota Mattos, lavrei esta ata.

341

342

343 Secretária Executiva

Presidente CONABIO

